

Elevação de impostos irrita os empresários

ISABEL DIAS DE AGUIAR

O ajuste fiscal começou pelo caminho esperado, segundo alguns empresários. O acréscimo de 5% sobre as alíquotas dos impostos federais deverá onerar a produção e não pode merecer a sua aprovação. Mesmo assim, o conjunto de medidas anunciado ontem mereceu elogios de representantes da classe. A instituição de um indexador único, a Unidade de Referência (UR), também foi bem recebida. "Se o governo provar que o índice não será manipulado, nem expurgado, a adesão será maciça", afirmou Roberto Caiuby Vidigal, superintendente da Confab.

"Como empresário, não posso aprovar a elevação de impostos", disse Emerson Kapaz, coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresarias. Ele vê, porém, pontos positivos no plano anunciado. "Só falta ser verdade", elogiou Cássio Mascarenhas de Azevedo, diretor da Cia Fiação e Tece-

lagem Pará de Minas. "Se o Congresso aprovar, volto a investir."

A elevação dos impostos não é considerada expressiva. O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para cosméticos, um dos mais altos, passará de 30% para 31,5%, para plásticos, de 15% para 15,75%, e do açúcar, de 18,9%. As queixas dos empresários se referem à ausência de notícias sobre uma tributação adicional sobre o

setor financeiro. "A elevação do Imposto sobre as Operações Financeiras (IOF) não vale porque será repassada aos preços dos produtos", reclamou o presidente da Associação Brasileira da Indústria da Alimen-

EMPRESAS
PODEM ADERIR
AO NOVO
INDEXADOR

tação, Edmundo Klotz.

"Mas se for para zerar o déficit, sou obrigado a concordar", declarou o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Plásticos, Celso Hahne. Mas Caiuby duvida que o governo consiga aprovar a suspensão das transferências constitucionais de recursos para Estados e Municípios.